

**Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:**

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18 pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

# Movimentos extremistas nas escolas e a educação contra a barbárie

Extremist movements in schools and education against barbarism

Movimientos extremistas en las escuelas y educación contra la barbarie



Ana Paula de Ávila Gomide

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

[anapag2@gmail.com](mailto:anapag2@gmail.com)

**Resumo:** Ultimamente, com o fortalecimento da extrema-direita no Brasil, frequentes manifestações antidemocráticas de jovens estudantes das escolas privadas têm preocupado educadores. Tendo em vista as condições objetivas favoráveis ao agravamento do “clima autoritário”, na sociedade, perguntamos: até que ponto as escolas, que deveriam prezar pela formação e resistência dos sujeitos contra a barbárie, ao se calcarem em um modelo de educação que prima pela competição, força e frieza, não estariam promovendo o seu contrário com o concomitante esvaziamento de espaços formativos emancipatórios? O objetivo é discutir os elementos envolvidos nestes fenômenos sociais irracionais – as regressões psíquicas presentes nestes atos –, com base nos escritos de Adorno, Horkheimer e Marcuse acerca da sociedade administrada em suas dimensões psicossociais. Tais contradições têm incidências nas relações escolares e nas agendas educacionais pautadas na lógica da racionalidade tecnocrática que incentivam o autoritarismo.

**Palavras-chave:** Sociedade administrada. Racionalidade tecnológica. Tendências antidemocráticas. Educação e barbárie.

**Abstract:** With the recent strengthening of right-wing extremism in Brazil, the frequent appearance of antidemocratic manifestations by young students in private schools has worried teachers and educationists. Considering the objective and favorable conditions to the worsening of society's 'authoritarian atmosphere', one may ask: to what extent schools, which should value the formation and resistance of subjects to barbarism by basing themselves on an educational model that fosters competition, strength, and coldness, would be promoting its very opposite by the concurrent depletion of emancipatory formative spaces? The purpose here is to discuss the elements involved in these irrational phenomena – the psychic regressions in this way of acting – based on the writings of Adorno, Horkheimer, and Marcuse about the administered society in its psychosocial dimensions. Such contradictions fall upon school relations and educational agendas tabled by the logic of technocratic rationality, which encourages authoritarianism.

**Keywords:** Administered society. Technological rationality. Antidemocratic tendencies. Education and barbarism.

**Resumen:** Recientemente, con el fortalecimiento de la extrema derecha en Brasil, las frecuentes manifestaciones antidemocráticas de jóvenes estudiantes en las escuelas públicas han preocupado a los educadores. En vista de las condiciones objetivas favorables al agravamiento del "clima autoritario" en la sociedad, preguntamos: ¿hasta qué punto la escuela, que debería valorar la formación y la resistencia de los sujetos a la barbarie, al basarse en un modelo de educación que destaca por la competencia, la fuerza y la

frialdad, no estaría promoviendo su contrario con el concomitante vaciamiento de espacios formativos emancipadores? El objetivo acá es discutir los elementos implicados en estos fenómenos irracionales - las regresiones psíquicas presentes en estos actos - basándose en los escritos de Adorno, Horkheimer y Marcuse sobre la sociedad administrada en sus dimensiones psicosociales. Tales contradicciones inciden en las relaciones escolares y en las agendas educativas basadas en la lógica del rendimiento y en la racionalidad tecnocrática, que fomentan el autoritarismo.

**Palabras clave:** Sociedad administrada. Racionalidad tecnológica. Tendencias antidemocráticas. Educación y barbarie.

*Data de submissão: 04/05/2023*

*Data de aprovação: 22/05/2023*

Recentemente, um grupo de pesquisadores brasileiros redigiu o documento **Relatório. O ultraconservadorismo e extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às instituições de ensino e alternativas para a ação governamental** (Cara, 2022) para levantar dados sobre escolas alvos de ataques violentos realizados nos últimos anos por estudantes com motivações fascistas, com a finalidade de se pensar políticas efetivas de prevenção e combate a tais tipos de violência. Assim como os ataques, também foram relatadas ações antidemocráticas cometidas por jovens de escolas privadas que faziam apologia a símbolos e ideais nazistas de teores xenofóbicos, sexistas e racistas contra minorias. Além de apresentar a extensão de ações extremistas dentro das escolas de vários Estados brasileiros, o objetivo da pesquisa era propor subsídios para enfrentamentos contra os movimentos regressivos por meio de ações governamentais específicas, tendo em vista a escalada do ultraconservadorismo e autoritarismo de direita no país. Acrescentamos que, junto a essa acentuada regressão social, no que diz respeito à agenda educacional do governo anterior, a proposta de uma Escola Sem Partido, a implementação de mais escolas militarizadas, o discurso reacionário da “ideologia de gênero”, a redução das disciplinas de humanidades nas grades escolares – só para pontuar – ilustram as medidas obscurantistas por parte do poder público que contribuíram para minar as relações escolares com intuítos mais emancipatórios, promovendo

relações mais persecutórias entre os indivíduos na sociedade e dando contornos de barbárie à educação brasileira. O cenário social autoritário apresentava-se propício aos atos de violência e perseguição contra as “minorias”, cujos direitos sociais que se ancoram no Estado Democrático ficaram ameaçados por causa de medidas reacionárias de parlamentares das bancadas de ultradireita para atender aos interesses das elites financeiras e o empresariado, assim insuflando os anseios de ódio das classes médias brasileiras contra os pobres e marginalizados. No relatório, também encontramos o alerta contra as ações de grupos organizados nas redes sociais voltados para cooptar adolescentes nas escolas. Esses grupos visam o alastramento de ideias neonazistas, já que, com a exposição frequente de conteúdo extremista, os próprios adolescentes poderiam contribuir para a cooptação de amigos e colegas, tornando-se também agentes desse processo (Cara, 2022, p. 18).

Em que pese sua importância, as asseverações feitas sobre os impactos do consumo de estímulos audiovisuais, com conteúdo extremistas, na adesão de jovens aos ideários fascistas não seriam suficientes para dar conta do problema dentro de uma abordagem mais ampla, voltada às tendências autoritárias presentes na estrutura social e na nossa cultura. Estas condições estruturais têm incidência nos tipos de mentalidade vigentes, munidas de feições totalitárias, e que correspondem ao espírito objetivo da época, qual seja: uma modalidade de pensamento

reprodutora de estereótipos e clichês concernentes ao que nossa sociedade hierárquica e desigual exige dos sujeitos para que estes se ajustem, sem muita indagação, às formas de relações sociais atuais baseadas na concorrência exacerbada e na atomização de indivíduos, mais fragilizados pela ameaça de desemprego e pelas pressões econômicas. Nesse sentido, o que falta às análises da pesquisa é dar maior acento à questão da violência também recorrente nas escolas, que não deixa de espelhar o sistema social e suas contradições. Ressaltamos as características autoritárias e destrutivas encontradas no modelo de educação hoje comumente exaltado no interior das escolas, disfarçadas sob a retórica pedagógica das “competências” que têm como base os discursos sobre as novas tecnologias e assessorias educativas, vendidas como sinônimos de “educação de qualidade” (Catini, 2019). As relações escolares centradas na competição (cada vez mais acirrada no capitalismo contemporâneo) reproduzem a violência social ao adotar projetos pedagógicos que visem atender às reformas ultraliberais, assim ferindo os princípios da educação democrática ao perpetuar um ambiente cada vez mais excludente. Desse modo, ao se basearem em propostas afinadas com a lógica econômica do mercado e na supervalorização da educação para o trabalho, que faz parte da lógica empresarial transportada para o cenário educativo (citamos as aulas sobre o empreendedorismo, de educação financeira, de programa socioemocional que, ao ganharem mais espaço nos conteúdos curriculares

acentuam a responsabilização individual pelo sucesso ou insucesso escolar), as instituições escolares transformam-se em um *lócus* favorável ao desenvolvimento do ressentimento entre os seus pares.

Dentro deste cenário, destacamos o autoritarismo espreado pela sociedade como pano de fundo das manifestações extremistas estudantis na atualidade. O crescimento da extrema-direita no Brasil deu ensejo a discursos de ódio e mobilizações terroristas de grupos incitados pelas milícias digitais do governo bolsonarista. Adorno (2020) alertava que a sobrevivência de elementos fascistas *na* democracia era algo muito mais grave que a continuidade de tendências fascistas *contra* a democracia, acrescentando que tendências objetivas do fascismo ainda se fazem presentes na cultura: “A barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram essa regressão” (Adorno, 2020, p. 129). As condições objetivas a que Adorno se refere relacionam-se às análises dos autores da Teoria crítica acerca das transformações do capitalismo liberal para o dos monopólios, sua expansão totalitária e administrativa que faz uso de vários mecanismos de controle dentro de domínios da vida privada, por meio do desenvolvimento de tecnologia, com objetivos irracionais (para a reprodução desigual da sociedade) e da violência direta contra os oprimidos, a fim de garantir os interesses particulares de classe. As elites industriais e de empresários foram as grandes beneficiárias de regimes totalitários. Para tratar do



nosso contexto social, isto é, das afinidades da sociedade brasileira com o autoritarismo, a ditadura civil-militar deixou resquícios na nossa democracia com sua máquina de fazer política, ainda comandada por uma elite e grupos que acumularam privilégios sob o sistema ditatorial de outrora, e que continuam mandando no nosso país: aqueles do agronegócio, do sistema bancário, do capital internacional. Em que pese as diferenças históricas, cabe retomar o diagnóstico de Horkheimer (2012) acerca das relações do capitalismo com os traços autoritários do aparelho estatal, cujos desdobramentos no séc. XX deram condições para o surgimento do nacional-socialismo, que visava a ampliação do poder social de grupos dominantes, a partir de mecanismos mais violentos e diretos de dominação sobre as massas: “Para quem não quer falar do capitalismo deveria calar-se sobre o fascismo” (Horkheimer, 2012, p. 4). Em contexto distinto, extraímos das análises de Horkheimer acerca das “concessões à barbárie” por parte do capital os vínculos existentes entre a peculiaridade de políticas populistas autoritárias e as demais formas de autoritarismos, com as tendências do capital de cada vez mais minar as forças de resistência dos indivíduos e a intensificação da impotência na dissolução de possibilidades formativas mais críticas e contestatórias. O âmbito da formação cultural, o da educação, tem sido cada vez mais invadido por tais forças anônimas do sistema de produção.

Dentro do tema proposto, a concentração de poder econômico no Brasil por pequenos grupos tem lhes

assegurado todas as condições institucionais e jurídicas para interferir livremente no desmonte do Estado de Bem-Estar Social. Não somente o avanço de partidos de extrema-direita torna-se fator de explicação para o alastramento de atos antidemocráticos (que se apresentam, inclusive, mundialmente), engrossando o caldo de cultura autoritário, mas também o protagonismo de discursos sobre empreendedorismo tecnocrático recorrente nas propostas educacionais e nos currículos deve ser levado em consideração, já que isto atende aos objetivos de subsumir a educação ao capital, almejados pelas elites empresariais engajadas nas reformas educacionais. Tais modelos educacionais ultraliberais que, em diversos graus, também se encontram atrelados ao ultraconservadorismo, devem ser problematizados e questionados quanto às suas contribuições para um clima social favorável aos movimentos fascistas, assim como os fatores ideológicos presentes na ideia tão propalada de “mérito individual”.

Lembramos que, nos últimos anos, desde as manifestações de julho em 2013, a extrema direita avançou no Brasil tendo como base o conluio de oligopólios concentradores de riqueza (na defesa ideológica de políticas neoliberais) com grupos conservadores religiosos, mas também com o baixo escalão de militares na política (Rocha, 2021). O projeto de ampliação do processo de privatização da educação, assim como de outros setores, foi engrossado pela chegada de Jair Bolsonaro ao poder, atendendo os interesses dos donos de dinheiro no Brasil. Assim,

encontram-se afinados com a mesma ideia autoritária de sociedade os movimentos anti-intelectuais, o negacionismo científico, o revisionismo histórico, a defesa da família tradicional, a censura ao professorado e os projetos empresariais para a educação, visto que estes últimos se aliam à nova direita para o exercício de garantias de privilégios das elites econômicas (Catini, 2019). Nas especificidades e semelhanças entre esses fenômenos para a composição do neofascismo brasileiro, estereótipos de visão de mundo ultrarreacionários, também revestidos por propostas reformistas com a consagração da racionalidade empresarial como prática administrativa de setores estatais, compuseram as propagandas de extrema-direita com seus objetivos de manipulação das massas, dentro de sua “lógica violenta de política”, delineando e incentivando o sentimento difuso de catástrofe social.

Evidentemente, as características psicológicas de alunos propensos a tais tipos de agressões manifestadas nas invectivas nazistas (que culminam em atos de crueldade e tentativas de destruição das vítimas, alvos de preconceitos) devem ser consideradas e investigadas, nas quais as relações familiares e os conflitos psíquicos de natureza inconsciente teriam que ser levantados e aprofundados. Os estudos resultantes sobre a personalidade autoritária e a mentalidade antisemita realizados pelo Instituto de Pesquisa Social, desde a década de 1930 até o período pós-guerra, na Europa e nos EUA, deixaram como herança dados e análises profícuas para a

elucidação de problemas dessa natureza, valendo-se das relações estabelecidas entre a psicanálise e a teoria social. As personalidades tendentes a apoiar o totalitarismo e que se enquadram cegamente ao coletivismo autoritário, estudadas na pesquisa *A Personalidade Autoritária* (Adorno et al., 2019), por meio da psicologia profunda socialmente orientada, esclareceram as características do “caráter manipulador” (Adorno, 2020), os tipos de pessoas propensas a pensamentos estereotipados, incapazes de “relações humanas espontâneas” e de se abrirem a experiências no contato com conteúdos culturais diversos. Acerca da importância do momento psicológico na pesquisa que apontou para a estrutura de personalidade do “tipo fascista”, do caráter manipulador, Adorno (2020) alertou para os equívocos de se considerar tal estrutura como um “dado imutável”, negligenciando os efeitos de uma formação dentro de um modelo de sociedade no conjunto da civilização. Conforme o autor, os aspectos psicológicos propícios aos regimes totalitários foram necessários para mantê-los, ainda que suas causas fossem objetivas. Dentro de nossas análises, há que se verificar, dentro das instituições escolares e nas atitudes de perseguição e hostilização contra os mais frágeis, até que ponto estas refletem a violência social. Além de sinalizarem para fantasias e conflitos psicológicos de sujeitos envolvidos nas agressões atuais, mais fatores devem ser elencados para dar conta da complexidade subjacente às manifestações antidemocráticas dos adolescentes. No contexto de forte

pressão social de uma sociedade administrada, refletida pelo ambiente escolar sob a égide da competição e exigência de sacrifícios desmesurados para a produção de altos desempenhos, somado ao contexto político brasileiro no qual partidos de extrema direita têm ganhado projeção, e grupos neonazistas têm se espalhado pelas redes sociais, jovens poderiam se identificar com estas ideias para dar vazão às suas angústias e se defenderem contra a própria impotência subjetiva e objetiva, a partir da adesão aos ideais veiculados de “sujeitos viris”, “fortes” e “transgressores”. As identificações com tais ideais teriam algum efeito nos registros narcísicos desses jovens, promovendo sentimentos ilusórios de onipotência.

Também o tratamento dado aos produtos do conhecimento como meros “valor de troca” ou um “bem privado”, almejado pelas políticas educacionais que tendem a condicionar o ensino às perspectivas do mercado em uma sociedade cada vez mais desigual e irracional, só podem corroborar com a deformação da consciência dos sujeitos em formação, imprimindo-lhes sofrimentos insuportáveis frente às pressões do existente que as escolas acabam por incorporar no interior de suas relações, equivalendo à lógica de funcionamento de empresas, ao planejamento de ensino e seus objetivos – à retórica gerencial e de produtividade utilizada pelos altos administradores das escolas. O sentido ético da formação vinculado aos objetivos de ensino que possibilitem a apropriação pelos sujeitos de conteúdos e materiais culturais produzidos pela humanidade para que

os mesmos se diferenciem e se autorreflitam como sujeitos históricos tem sido minado pela redução imediata das escolas aos imperativos econômicos, aos valores da “formação de um novo homem” adequado ao trabalho flexível do estágio atual do capitalismo (Laval, 2004). Além do mais, a irracionalidade de tais objetivos e a violência imanente à nova “ideologia escolar” que se respalda na valorização da adaptação à realidade sob os signos da competição e do individualismo só tende a produzir mais adoecimento e relações destrutivas entre seus membros. Chegamos a um estágio de desenvolvimento de forças tecnológicas e científicas cujas propriedades e distribuição de riqueza poderiam impedir a miséria e a fome, e dispensar os homens do trabalho alienado (Marcuse, 1999). Não obstante, as ideias educacionais empresariais que acentuam o discurso da educação para o trabalho e para o desenvolvimento de “competências cognitivas” adequadas ao “novo capital humano” trazem à tona a falsidade de tais discursos em confronto com a realidade, além de se revelarem anacrônicas quando a realidade do capitalismo atual prescinde cada vez mais da própria força de trabalho, como podemos notar a partir da crise do desemprego gerada pela desindustrialização, pela automação nos processos de produção e pelo aumento da área de serviços com a precarização do trabalho por causa das políticas neoliberais (Laval 2004).

Hoje, temos testemunhado em todos os níveis de ensino a difusão do discurso empresarial incorporado por

alguns educadores, cuja consagração se deve à promoção de ideias e categorias originárias da lógica gerencial, encontrada no seio de organizações empresariais, transpostas às instituições de ensino e ao âmbito pedagógico, constituindo-se como critérios e teorizações rasas para qualificar os valores de uma educação eficaz e reformista, voltadas para o aperfeiçoamento na preparação dos alunos às demandas do mundo contemporâneo. Tais concepções têm se adentrado nas relações escolares e nos modelos de educação vigentes, também tendo como fundamentação as políticas educacionais oficiais, atreladas à lógica do capital e beneficiadoras do empresariado das finanças, donos dos monopólios, que têm estabelecido parcerias em diversos programas de ensino público. Particularmente, citamos a participação da Fundação Lemann (uma organização fundada pelo empresário Jorge Paulo Lemann que colabora com iniciativas para a educação pública em todo Brasil) na construção da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual, por influência da Fundação, teve várias distorções na sua elaboração ao favorecer o rebaixamento da formação e a precarização do trabalho docente, provocando reações e mobilizações por parte de educadores e pesquisadores da área. A BNCC também teve incidências nos fundamentos da proposta de Nova Reforma do Ensino Médio no Brasil, estabelecendo a redução de carga horária de disciplinas mais gerais (Filosofia, Sociologia, Artes etc.), cujos conteúdos foram

diluídos no que denominam como “áreas de conhecimento”, tornando obrigatórias somente Português e Matemática.

O que queremos destacar com as observações acima, avançando um pouco mais na discussão à luz da Teoria crítica, é a falsidade e a distorção presentes nos objetivos educativos que entendem a formação dos estudantes como somente reduzida à conformação social e à reprodução da sociedade, eliminado a tensão com seu outro polo: aquele condizente ao desenvolvimento da reflexão crítica e da ampliação do pensamento para o conhecimento de nossa formação social, na qual os planejamentos educacionais atuais se situam e se originam. A nosso ver, isto se configura como uma situação que propicia a dominação e que mina o conteúdo ético de processos formativos, perdendo as instituições escolares o seu lugar de oferecer possibilidades para experiências afetivas e intelectuais que rompam com o estabelecido.

Outro ponto a ser destacado é a perpetuação da desigualdade social escancarada na reafirmação, por parte das escolas, das diferenças sociais de origem dos estudantes, entre os jovens que frequentam as escolas privadas e os jovens de periferia das escolas públicas. Tais contradições sociais são pouco refletidas e até mesmo ocultadas, tendo em vista um modelo de educação que se respalda na falsa ideia de “igualdade de oportunidades”, na qual bastaria o esforço individual e o desenvolvimento de habilidades cognitivas para que jovens pudessem “vencer na vida”, lembrando que a ideia de profissionalização do ensino



médio para estudantes pobres ainda se encontra na ordem do dia. Assim, as diferenças de ensino acadêmico-científico, mais privilegiado no ensino privado, com relação ao ensino tecnicista profissionalizante, proposto pelas reformas políticas educacionais às escolas públicas, acabam por reproduzir a ordem social hierarquizada e injusta, na qual somente um grupo seletivo de estudantes teria acesso à possibilidade de educação integral e à entrada nas universidades públicas (Soares, 2019).

Nesse contexto, ressalta-se que muitas manifestações extremistas partiram, em geral, de estudantes das elites de algumas escolas particulares contra os alunos mais pobres, alvos de preconceito racial e alijados do direito à educação, o que nos leva a inferir que elementos encontrados na nossa cultura, e reproduzidos nas escolas, têm suscitado o desprezo contra os considerados perdedores, com a concomitante valorização social dos vitoriosos e bem adaptados. Que tipo de racionalidade tem sido privilegiada na educação atual e quais suas implicações nas causas de ações e discursos antidemocráticos no ambiente estudantil? Os sujeitos estariam marcados pela fraqueza ao destacar-se do mundo como indivíduos autônomos, uma vez que o próprio indivíduo se tornou supérfluo nesse atual estágio econômico, cuja coerção social e grandes monopólios financeiros tendem a esmagá-los e transformá-los em objetos de administração.

Para o entendimento desta difícil questão, ressaltamos que o campo educacional também se encontra perpassado

pela lógica da racionalidade tecnológica intensificada, com a redução da aprendizagem à ideia de desenvolvimento da racionalidade do desempenho e da eficiência, já que correspondem aos valores da sociedade atual, na qual se sobressaem a razão administrativa que organiza a sociedade como um todo, desde os setores de produção e formas de organização do trabalho até as esferas culturais com incidências na vida privada dos sujeitos. A ideologia da racionalidade tecnológica promove a ilusão de que tudo e que todos os problemas sociais são passíveis de solução pelo mero raciocínio técnico, pelo princípio da organização. O desenvolvimento das forças produtivas propiciado pelo rápido desenvolvimento da técnica, administrado por grupos de monopólios que controlam a economia, a política, assim como os meios de comunicação, tem por desdobramento específico um tipo de funcionamento de sociedade e de modelos de indivíduos (Marcuse, 1999).

Assim:

A tecnologia, como modo de produção, como a totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina, é assim, ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação (Marcuse, 1999, p. 73).

Marcuse atenta-se para a disseminação de um novo tipo de racionalidade e de novos padrões de comportamento vinculados ao progresso tecnológico, cujo aparato está sob poder dos monopólios das indústrias, de pequenos grupos poderosos que comandam o destino da sociedade. Com o progresso da racionalidade tecnológica, esta tem perpetuado a escassez em vez da superação de condições objetivas desiguais de vida. Este avançar do capitalismo com o processo de concentração cada vez mais restrito aos grandes trustes tem solapado outros conceitos de razão, herdeiros do Século das Luzes, condizentes a períodos históricos anteriores ao capitalismo dos monopólios, em que formas de vida, ainda que opressivas, mostravam-se mais adequadas ao “desenvolvimento total das faculdades e habilidades do homem [...] capaz de encontrar estas formas através de seu próprio raciocínio”, uma vez que o indivíduo, adquirindo a liberdade de pensamento, pudesse “efetuar a ação que transformasse em realidade” (Marcuse, 1999, p. 75). Assim, com o progresso da tecnologia a serviço de mais acumulação e da reprodução social do capital, a racionalidade individualista propiciadora da autonomia de pensamento se transformou em racionalidade tecnológica, que não somente pode ser encontrada nos modos de desempenho de trabalhadores para atender as demandas das empresas ou aplicada às mercadorias de consumo, mas que se configura como um modo difundido de pensamento, predispondo os sujeitos a aceitar e a introjetar os ditames do aparato. O indivíduo sob

a sociedade massificada mudou de função, passando de uma unidade de “resistência e autonomia” para a outra de adaptação e flexibilidade. Os modos de raciocinar embasados em fatos e no raciocínio de custos-benefícios, aplicados em todas nossas ações, escolhas e formas de apreender os objetos e as relações, tomaram tal poder que transformaram a razão em força de ajustamento e comodidade à realidade, um “sujeito estandardizado da pura autopreservação” (Marcuse, 1999, p. 89). Toda a libido torna-se absorvida para alimentar o aparato, no qual os seres vivos são menos importantes que as coisas a serem adquiridas, já que os bens de consumo prometem conforto e falsa ideia de harmonia dos sujeitos com a sociedade de abundância ao obscurecer as contradições sociais e propagar a falsa ideia da necessidade de competição (agora condicionada à heteronomia). Entretanto, a outra face do conformismo generalizado é o ódio e explosões de violência de sujeitos massificados contra os “competidores mais fracos”, que não deixam de ser sintomas produzidos pela coerção e intensificação da impotência individual em face da totalidade social sufocante, na sua aparência de “harmonia” e liberdade, com a padronização das consciências, em gritante contradição com o progresso de instrumentos que poderiam libertá-los da opressão e conquistar a emancipação:

Na multidão, a restrição feita pela sociedade à busca competitiva do interesse próprio tende a tornar-se inócua e os impulsos agressivos são facilmente liberados. Estes impulsos se desenvolveram sob as exigências da escassez e da frustração e sua libertação acentua então o “estado de espírito anterior”. Sim, é verdade que a multidão “une”, mas une os sujeitos atomizados da autopreservação de tudo que estão desligados, de tudo que transcende seus interesses e impulsos egoístas (Marcuse, 1999, p. 89).

Como tal situação de pressão da totalidade pode gerar tensão entre seus “iguais”, remetemos a Freud (1996), aos seus estudos sobre os fenômenos de massas na modernidade, que diz que para que a tensão não ocorra entre os membros da massa, os sentimentos de hostilidade gerados acabam sendo projetados contra membros “diferentes” dos que fazem parte da massa em questão. As minorias sociais se tornariam os objetos da ação preconceituosa e/ou de agressão. Freud expõe esse fenômeno no conceito de “narcisismo das pequenas diferenças”.

A respeito da violência contra as minorias, Adorno e Horkheimer (1985) esclarecem que a ordem social produz tal situação quando se espera que as minorias (os negros e os trabalhadores, por exemplo) sejam mantidas para ocuparem “seus devidos lugares” e estabelecerem “funções” na sociedade hierárquica, como requisitos de manutenção do rígido ordenamento social. A difusão da racionalidade

tecnológica e sua reprodução nas escolas levam a conceber o mundo como algo “ajustado”, funcional e hierárquico, e como esta lógica acaba sendo transmitida aos alunos, e estes tendem a reproduzi-la sem consciência de que são produtos desta sociedade, as violências tornam-se justificadas em nome da sobrevivência e da autoconservação; em nome do desempenho.

Claro que tendências pedagógicas modernas refletem as demandas sociais e decorrem do desenvolvimento técnico, científico e econômico de seu determinado período histórico. Entretanto, as escolas também são instituições que contraditoriamente comportam espaços e experiências para a emancipação, que também fornecem (ou deveriam fornecer) conteúdos e objetos para além da lógica do trabalho social, na articulação de formas de subjetivação singulares, por meio de um ambiente educacional que propicie formas inusitadas de apreensão reflexiva e criativa dos sujeitos com os objetos culturais do mundo, enfim, que rompam com a lógica do controle técnico sobre os fatos. Mas, como bem afirmou Marcuse (1999) acerca da ideologia da racionalidade tecnológica, esta também se faz dominante nas escolas, compondo a “mecânica da conformidade”.

A competição acirrada nas escolas, sem com que os sujeitos desenvolvam a habilidade crítica e as possibilidades de elaboração acerca das contradições da totalidade e dos valores subjacentes à ideologia da educação reificada, impede a possibilidade de identificação entre os colegas, fomentando a concorrência entre eles, onde os “fracos” e

diferentes não têm vez. Tais condições também se tornam propícias para o desenrolar de ações agressivas e hostis contra os considerados “frágeis” nesses modelos de educação, dando ensejo, inclusive, aos atentados contra as escolas, tais como temos testemunhado no Brasil recentemente, principalmente em 2023. Assim, até que ponto as escolas reproduzem o clima social autoritário, favorável ao preconceito e à perseguição às “minorias”, tendo como base o modelo de educação vigente que há tempos perdeu grande parte de seus objetivos, aqueles direcionados a finalidades humanas (a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento da sensibilidade com relação ao sofrimento que a humanidade produz)? O quanto a formação para a competição tem contribuído para as ações estudantis antidemocráticas, cujas manifestações espelham o que nossa cultura preza – o ódio e a perseguição aos mais “fracos” que denunciam, em suas condições de “vulnerabilidade”, a estrutura social opressiva? Há fatores de diversas naturezas a serem considerados para a compreensão dos atos violentos, da apologia ao nazismo e dos atentados nas escolas (citamos também o histórico de violência de jovens envolvidos nesses atos, ou até mesmo enquanto vítimas de *bullying*, guardados os devidos cuidados para não se recair em generalizações ou reducionismos). Mas torna-se de suma importância também refletir sobre o porquê da intensificação e multiplicação de atos destrutivos no interior das escolas, e até mesmo por que elas se tornaram alvos de massacres, pois isso também

pode sinalizar para o ressentimento gerado no campo educacional que, em vez de cumprir seus objetivos formativos de possibilidades de diferenciação individual, tem suscitado o medo, o autoritarismo presente na agressividade da competição e a anulação de indivíduos em suas singularidades. Não seria o caso de se pensar somente que a educação deva ser contrária à barbárie [o que deve ser algo imperativo, como afirma Adorno (2020)], mas que também forneça um clima necessário para a elaboração e entendimento dos jovens sobre as fontes da violência advindas da estrutura da sociedade, e que a escola não pode ocultar. As práticas atuais de violência que se espriam nos estabelecimentos escolares não têm se tornado objetos de reflexão e de discussão suficientes por parte dos agentes educacionais com os alunos, em que a frieza ou talvez a negação e silenciamento diante desses fenômenos têm tido seus efeitos deletérios. Ao lado disto, remetemos ao que Adorno (2020) alegou sobre os efeitos do silenciamento do medo e da não possibilidade de expressar a angústia diante de uma realidade que a gera, tendo em vista seus critérios de “bom ajustamento social” e seus desdobramentos: a apatia, por um lado, e a agressão, de outro, cuja violência se dá contra os mais fracos (considerados socialmente mais fracos). Isto também lembra Freud ao mencionar, em **O mal-estar na civilização** (1997), a importância de incentivar os jovens alunos a refletir sobre a agressividade da qual em algumas ocasiões foram objetos.



Acerca desse cenário pedagógico “ultrarrealista” que premia a dor e a dureza, Adorno (2020) já havia alertado, também com base em Freud, o quanto tais condições favorecem o desenvolvimento de traços sadomasoquistas nos estudantes, resvalando nas formas de ações violentas de vingança da dor reprimida nas formas de perseguição contra o outro. Assim, ele diz que “o elogiado objetivo de ser duro de uma tal educação significa a indiferença contra a dor geral” (2020, p. 139), configurando um clima institucional prenhe de barbárie, no qual seus participantes encontram-se impotentes com o tolhimento de suas capacidades intelectuais e de liberdade de pensamento. Este sistema educativo prolonga as condições de vida de uma sociedade regida pelo princípio de troca, impedindo percursos formativos para o desenvolvimento do potencial crítico, para que jovens possam negar essa mesma realidade e pensá-la sob outras alternativas. A deformação da consciência, ressalta Adorno (2020), também se reflete na relação patogênica com o corpo que, transformado e agravado como fonte de angústia com o impedimento do prazer e de formas mais singulares de individuação (possibilidades de sublimação), tem a crueldade e a violência corporal presentificadas nas relações entre os colegas, também configurando a frieza geral entre os mesmos. Este mal-estar gerado na escola com base nesse “tipo ideal” de aluno almejado pelas instituições – aquele pronto para dar respostas eficazes e atento aos desempenhos quantificados pelos critérios de avaliação, o aluno “ajustado” –, torna-se

propício para o fortalecimento de estereótipos sobre as pessoas, assim como para as “passagens ao ato” recheadas de sadismo.

A limitação de objetivos educacionais aos ditames da adaptação à realidade acaba por fortalecer o conformismo generalizado, promovendo nos jovens suas tendências de aversão aos conhecimentos, cujos conteúdos e modos de apreendê-los impeliriam ao desenvolvimento de pensamentos mais diferenciados, propensos a experiências alteritárias com os objetos, por meio do confronto entre os conceitos científicos e a realidade histórica e social nas quais tais objetos se constituíram. As imposições para a adaptação à realidade e o que vem implicado nelas – as ameaças de exclusão social e medo do desamparo –, têm se tornado tão sufocantes que remetem àquilo que Adorno (2020) designou como “realismo exacerbado” nas condutas de jovens em nome de um modelo de sociabilidade de uma ordem social que se reproduz administrando todas as esferas de vida dos sujeitos. Os efeitos disto são o embrutecimento dos indivíduos e a hostilidade (até mesmo o ressentimento) voltada contra a cultura e à atividade intelectual. Mas, ressalta Adorno (2020), a consciência acerca das contradições sociais e possibilidades de se relacionar com o mundo não pautadas pela racionalidade instrumentalizada, fornecidas por um outro modelo de educação, acabam por gerar sofrimento ao promover conflitos que levariam ao repúdio dos conteúdos e experiências formativas que

“atrapalhariam” a adaptação e competição num mundo massificado. Nas palavras de Adorno:

Se posso crer em minhas observações, suporia mesmo que entre jovens e, sobretudo, entre as crianças encontra-se algo como um realismo supervalorizado – talvez o correto fosse: pseudorealismo – que remete a uma cicatriz. Pelo fato de o processo de adaptação ser tão desmesuradamente reforçado por todo o contexto em que os homens vivem, eles precisam impor a adaptação a si mesmo, e, nos termos de Freud, identificando-se ao agressor. A crítica deste realismo supervalorizado parece ser uma das tarefas educacionais mais decisivas a ser implementada, entretanto, na primeira infância (Adorno, 2020, p. 157).

Em consonância a este cenário, também há que se questionar os objetivos pedagógicos voltados para o estreito entendimento de que o desenvolvimento da capacidade formal de pensar é o objetivo principal da educação escolar, tais como desenvolver operações lógicas de ordenamento e classificação (o entendimento de que pensamento é meramente sinônimo de operações lógicas matemáticas ou de incorporação de regras gramaticais, por exemplo), ao lado da mera apropriação técnica do conhecimento, em detrimento de se poder também fazer “experiências intelectuais criativas” nas quais os objetos pensados, os conteúdos apreendidos, poderiam ser confrontados em seu movimento e realidade. Em “Educação – para que?”, Adorno (2020) diz que o formalismo exagerado se resvala nas

formas instrumentalizadas de pensamento ao subsumir objetos diversificados a uma fórmula abstrata, generalizante, subtraindo-lhes suas especificidades e características históricas. Como a própria estrutura social requer uma educação pouco afeita ao questionamento das contradições sociais e à reflexão crítica, a sensibilidade para o reconhecimento do sofrimento e da diversidade de sujeitos historicamente situados ficaria ameaçada, pois a mesma estrutura de pensamento acaba por ser aplicada também aos homens, principalmente aqueles estigmatizados como “inadequados”, encaixados nas formas estereotipadas de classificação voltadas às pessoas. Essa ideia de uma inteligência regida pela lógica de classes e de ordenação condiz com um modelo de educação predominantemente voltado à adaptação.

Mas esta [ideia lógica de inteligência] constitui uma limitação da inteligência, um caso especial de inteligência, de que certamente há necessidade. Mas aquilo que caracteriza propriamente a consciência é o pensar em relação à realidade, ao conteúdo – a relação entre as formas e estruturas de pensamento do sujeito e aquilo que este não é. Este sentido mais profundo de consciência ou faculdade de pensar não é apenas o desenvolvimento lógico formal, mas ele corresponde literalmente à capacidade de fazer experiências. Eu diria que pensar é o mesmo que fazer experiências intelectuais [...] a educação para a experiência é idêntica à educação para a emancipação (Adorno, 2020, p. 164)

As palestras publicadas por Adorno (2020), na década de 60, intituladas “Educação após Auschwitz” e “Educação contra a barbárie”, aqui já citadas, esclarecem que as formas de barbárie na nossa cultura moderna apontam para os descompassos evidentes entre as promessas de uma sociedade democrática, com seu alto grau de desenvolvimento tecnológico, e as regressões psíquicas em face de uma sociedade que já teria condições objetivas para que pessoas se emancipassem da opressão. Entretanto, na fase atual do capitalismo monopolista, cujo desenvolvimento deve-se aos avanços das forças produtivas e maior poder tecnológico por parte de pequenos grupos, por se basear no poder dos oligopólios com seus objetivos voltados para o mais acúmulo de riqueza, as finalidades humanas são negadas nesta estrutura de sociedade, em franca contradição com as ideias veiculadas sobre a democracia e a “igualdade de oportunidades”. Como já apontado acima, alcançamos forças produtivas suficientes para abolir a escassez e reduzir o tempo de trabalho gasto na produção das necessidades da vida (Marcuse, 1999), e como isto não se realizou, um dos mecanismos utilizados para a manutenção da reprodução social, calcada na ideia de “mais-valor”, é justamente a propagação ideológica da necessidade de competição e aperfeiçoamento de “habilidades” técnicas e cognitivas para a sobrevivência e “sucesso” individuais. Sob esta lógica, há o fortalecimento de um modelo de indivíduo despolitizado e premido pela

necessidade de integração aos moldes colocados de sociabilidade do mundo administrado, cujos pressupostos baseiam-se na disseminação da falsa ideia corrente de luta pelos próprios interesses.

Enfim, o autoritarismo e as desigualdades sociais estão enraizados no nosso modelo de sociedade que necessita manter as pessoas em constante vigilância para a competição entre elas como uma forma de dominação, por meio da consumação do individualismo competitivo, em tempos nos quais os sujeitos têm se transformado cada vez mais em objetos de administração, mais submetidos a poderes econômicos ocultados pela sedução do “véu tecnológico” com a fetichização da técnica e a disseminação da racionalidade instrumentalizada que lhe é própria: a ideologia da racionalidade tecnológica que, entranhada no campo educacional, promete resolver todos os “males da educação” e imprimir um modelo de sujeito supostamente adequado ao sistema social atual. As instituições escolares, que deveriam propiciar um ambiente formativo para a resistência e a consciência acerca das raízes do sofrimento que a realidade produz, parecem privilegiar o contrário quando fundamentadas no modelo que elogia a competição, que perpetua a frieza e a apatia, e que fortalece relações de força entre seus membros. Na conjuntura atual, as reformas políticas da educação têm se adequado às necessidades do capitalismo contemporâneo, subsumindo todos e tudo à lógica da equivalência dentro dos parâmetros do pensamento administrativo correspondentes às

condições objetivas em suas formas de produção. Paralelamente a isto, e fazendo jus à complexidade de fatores sociais e psicológicos em jogo, as manifestações de ódio e os atos de violência entre colegas e contra os considerados mais frágeis, e mais as declarações dotadas de afinidades neonazistas no interior das escolas, só vêm a confirmar a irracionalidade que subjaz à racionalidade dominante.

## Referências

ADORNO, THEODOR W. **EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO**. TRAD. WOLFGANG LEO MAAR. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 2020.

\_\_\_\_\_. **ESTUDOS SOBRE A PERSONALIDADE AUTORITÁRIA**. TRAD. VIRGÍNIA HELENA FERREIRA DA COSTA. SÃO PAULO: EDITORA UNESP, 2019.

ADORNO, THEODOR W.; HORKHEIMER, MAX. **DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO: FRAGMENTOS FILOSÓFICOS**. TRAD. GUIDO ANTONIO DE ALMEIDA. RIO DE JANEIRO: EDITORA ZAHAR, 1985.

CARA, DANIEL. **RELATÓRIO. O EXTREMISMO DE DIREITA ENTRE ADOLESCENTES E JOVENS NO BRASIL: ATAQUE ÀS ESCOLAS E ALTERNATIVAS PARA A AÇÃO GOVERNAMENTAL**: RELATÓRIO AO GOVERNO DE TRANSIÇÃO, 11 DEZ. 2023.

DISPONÍVEL EM:

[<HTTPS://CAMPANHA.ORG.BR/ACERVO/RELATORIO-AO-GOVERNO-DE-TRANSICAO-O-ULT RACONSERVADORISMO-E-EXTREMISMO-DE-DIREITA-ENTRE-ADOLESCENTES-E-IOVENS-NO-BRASIL-ATAQUES-AS-INSTITUICOES-DE-ENSINO-E-ALTERNATIVAS-PARA-A-ACAO-GOVERNA MENTAL/>](https://campanha.org.br/acervo/relatorio-ao-governo-de-transicao-o-ult-racconservadorismo-e-extremismo-de-direita-entre-adolescentes-e-ovens-no-brasil-ataques-as-instituicoes-de-ensino-e-alternativas-para-a-acao-governamental/). ACESSO EM: 3 DE MAIO DE 2023.

CATINI, CAROLINA. EDUCAÇÃO E EMPREENDEDORISMO DA BARBÁRIE. IN: CÁSSIO, FERNANDO. **EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE – POR ESCOLAS DEMOCRÁTICAS E PELA LIBERDADE DE ENSINAR**. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2019.

FREUD, SIGMUND. **O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO**. TRAD. JOSÉ OCTÁVIO DE AGUIAR ABREU. RIO DE JANEIRO: IMAGO, 1997.

\_\_\_\_\_. PSICOLOGIA DE GRUPO E A ANÁLISE DO EGO. IN: \_\_\_\_\_. **OBRAS PSICOLÓGICAS COMPLETAS DE SIGMUND FREUD**, VOL. XVIII. TRAD. JAYME SALOMÃO. RIO DE JANEIRO: IMAGO, 1996.

HORKHEIMER, M. LOS JUDÍOS Y EUROPA. TRAD. EDUARDO MAURA. **CONSTELACIONES. REVISTA DE TEORÍA CRÍTICA**, v. 4, n. 4, p. 2-24, 2012.

LAVAL, CHRISTIAN. **A ESCOLA NÃO É UMA EMPRESA: O NEOLIBERALISMO EM ATAQUE AO ENSINO PÚBLICO**. TRAD. MARIANA ECHALAR. LONDRINA: EDITORA PLANTA, 2004.

MARCUSE, HERBERT. ALGUMAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS DA TECNOLOGIA MODERNA. IN: \_\_\_\_\_. **TECNOLOGIA, GUERRA E FASCISMO**. TRAD. MARIA CRISTINA VIDAL BORBA. SÃO PAULO: UNESP, 1999.

ROCHA, CAMILA. **MENOS MARX, MAIS MISES: O LIBERALISMO E A NOVA DIREITA NO BRASIL**. SÃO PAULO: TODAVIA, 2021.



SOARES, PAULO SÉRGIO. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO À LUZ DA TEORIA CRÍTICA MARCUSEANA. **REVISTA SER SOCIAL**, [S.l.], v. 21, n. 45, p. 338-360, 2019.